

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rodovia TO Miracema, km 23 S/N		2 - BAIRRO OU DISTRITO Miracema do TO		
3 - CEP 77650-000	4 - MUNICÍPIO Miracema do TO		5 - UF TO	
6 - DDD 063	7 - TELEFONE 3311-3400	8 - TELEFONE 3311-3407	9 - TELEFONE 3311-3405	10 - TELEX 0000000
11 - DDD 063	12 - FAX 3311-3406	13 - FAX 3311-3415	14 - FAX 0000-0000	
15 - E-MAIL luciano.marques@gruporede.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Carmem Campos Pereira				
2 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Paulista, 2439 - 6º andar			3 - BAIRRO OU DISTRITO Cerqueira Cesar	
4 - CEP 01311-936	5 - MUNICÍPIO São Paulo			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 3066-2000	9 - TELEFONE 3066-2027	10 - TELEFONE 3066-2023	11 - TELEX 0000000
12 - DDD 011	13 - FAX 3060-9506	14 - FAX 3060-9565	15 - FAX 3060-9569	
16 - E-MAIL carmem.pereira@gruporede.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2006	31/12/2006
2 - Penúltimo	01/01/2005	31/12/2005
3 - Antepenúltimo	01/01/2004	31/12/2004
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Boucintas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/S		5 - CÓDIGO CVM 00319-0
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Luís Carlos Gruenfeld		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO 107.019.288-08

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2006	2 31/12/2005	3 31/12/2004
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	368.983	368.983	359.945
2 - Preferenciais	354.676	255.897	255.897
3 - Total	723.659	624.880	615.842
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Produção Energia Eletrica (inclusive produção integrada)
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 02/03/2007	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
1	Ativo Total	1.452.059	1.486.477	1.512.999
1.01	Ativo Circulante	22.706	29.555	41.880
1.01.01	Disponibilidades	5.330	5.938	4.337
1.01.02	Créditos	11.704	21.441	28.785
1.01.02.01	Clientes	11.704	21.441	28.785
1.01.02.01.01	Concessionárias - suprimento	439	453	432
1.01.02.01.02	Rendas a receber - arrendamento	11.265	20.988	28.353
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0	0
1.01.03	Estoques	4.681	0	0
1.01.04	Outros	991	2.176	8.758
1.01.04.01	Aplicações Financeiras	68	60	6.454
1.01.04.02	Impostos a recuperar - Imposto de Renda	150	669	775
1.01.04.03	Despesas pagas antecipadamente	411	1.051	464
1.01.04.04	Outros créditos	362	396	1.065
1.02	Ativo Não Circulante	1.429.353	1.456.922	1.471.119
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.785	5.887	6.895
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	1.785	5.887	6.895
1.02.01.03.01	Despesas pagas antecipadamente	1.784	5.887	6.895
1.02.01.03.02	Outros créditos	1	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.427.568	1.451.035	1.464.224
1.02.02.01	Investimentos	0	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.426.837	1.450.304	1.463.493
1.02.02.03	Intangível	731	731	731
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01858-9	INVESTCO S/A	00.644.907/0001-93

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2006	4 - 31/12/2005	5 - 31/12/2004
2	Passivo Total	1.452.059	1.486.477	1.512.999
2.01	Passivo Circulante	115.945	130.018	144.479
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	63.188	63.681	64.982
2.01.02	Debêntures	36.768	37.016	40.457
2.01.03	Fornecedores	757	2.543	12.524
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.266	9.239	6.782
2.01.04.01	Impostos a recolher - diversos	2.778	4.716	5.838
2.01.04.02	Imposto de Renda	358	3.326	688
2.01.04.03	Contribuicao Social	130	1.197	256
2.01.05	Dividendos a Pagar	2.095	0	0
2.01.06	Provisões	8.933	8.070	7.313
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	938	9.469	12.421
2.01.08.01	Compensação financ.p/util.recur.hidricos	34	3.099	1.526
2.01.08.02	Outras Exigibilidades	904	6.263	1.280
2.01.08.03	Credor - aquisicao de imobilizado	0	107	5.700
2.01.08.04	Juros sobre o capital proprio	0	0	3.915
2.02	Passivo Não Circulante	402.056	593.231	648.635
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	402.056	593.231	648.635
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	269.395	318.763	359.061
2.02.01.02	Debêntures	129.276	270.484	289.467
2.02.01.03	Provisões	0	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	3.385	3.984	107
2.02.01.06.01	Impostos a recolher	3.385	3.984	0
2.02.01.06.02	Fornecedor	0	0	107
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	934.058	763.228	719.885
2.04.01	Capital Social Realizado	876.458	756.206	745.840
2.04.02	Reservas de Capital	14.473	14.473	14.473
2.04.02.01	´´Agio na emissão de ações	14.473	14.473	14.473
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.04.04	Reservas de Lucro	110	0	0
2.04.04.01	Legal	110	0	0
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2006	4 -31/12/2005	5 -31/12/2004
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	(30.202)	(49.927)
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	43.017	22.751	9.499

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01858-9	INVESTCO S/A	00.644.907/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	215.066	218.894	222.816
3.01.01	Suprimento de energia elétrica	4.292	4.132	3.647
3.01.02	Arrendamentos	210.774	214.762	219.169
3.02	Deduções da Receita Bruta	(19.894)	(20.248)	(20.303)
3.02.01	Cofins	(16.345)	(16.637)	(16.599)
3.02.02	Pis	(3.549)	(3.611)	(3.704)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	195.172	198.646	202.513
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(61.072)	(70.176)	(61.909)
3.04.01	Pessoal	(6.929)	(5.967)	(5.730)
3.04.02	Material	(1.200)	(859)	(822)
3.04.03	Serviço de terceiros	(16.195)	(6.426)	(5.430)
3.04.04	Compensação financ.p/utiliz.dos rec.hid.	(169)	(15.163)	(11.835)
3.04.05	Taxa de fiscalização	(15)	(14)	(1.285)
3.04.06	Pesq.e Desenvol.e Eficiência Energetica	(39)	0	0
3.04.07	Encargos de uso da rede elétrica	(1.045)	(924)	(761)
3.04.08	Energia Elétrica comprada para revenda	(26)	(41)	(93)
3.04.09	Arrendamentos e alugueis	(466)	(522)	(594)
3.04.10	Depreciação e Amortização	(33.041)	(33.549)	(31.342)
3.04.11	Seguros	(2.472)	(2.826)	(3.197)
3.04.12	Recuperação de despesas	1.846	0	0
3.04.13	Outros	(1.321)	(3.885)	(820)
3.05	Resultado Bruto	134.100	128.470	140.604
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(91.613)	(101.423)	(137.117)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(91.613)	(101.423)	(137.117)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	780	2.171	2.911
3.06.03.01.01	Rendas sobre aplicações financeiras	696	2.099	2.410
3.06.03.01.02	Outras receitas financeiras	84	72	501
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(92.393)	(103.594)	(140.028)
3.06.03.02.01	Encargos de dívidas	(66.289)	(78.003)	(83.257)
3.06.03.02.02	Variações monetárias	(18.164)	(20.737)	(49.101)
3.06.03.02.03	Juros sobre capital próprio	0	0	(4.536)
3.06.03.02.04	Outras despesas financeiras	(7.940)	(4.854)	(3.134)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	42.487	27.047	3.487
3.08	Resultado Não Operacional	265	12	113
3.08.01	Receitas	304	16	113
3.08.02	Despesas	(39)	(4)	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2006 a 31/12/2006	4 -01/01/2005 a 31/12/2005	5 -01/01/2004 a 31/12/2004
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	42.752	27.059	3.600
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(10.345)	(7.334)	(944)
3.10.01	Imposto de Renda	(7.600)	(5.386)	(688)
3.10.02	Contribuição Social	(2.745)	(1.948)	(256)
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	4.536
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	32.407	19.725	7.192
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	723.659	624.880	615.842
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04478	0,03157	0,01168
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2005 a 31/12/2005	5 - 01/01/2004 a 31/12/2004
4.01	Origens	296.930	182.244	223.436
4.01.01	Das Operações	146.967	146.104	172.436
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	32.407	19.725	7.192
4.01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	114.560	126.379	165.244
4.01.01.02.01	Depreciações e Amortizações (ativo dif)	33.041	33.549	32.902
4.01.01.02.02	Despesas financeiras do Exig.L.Prazo	81.304	92.808	132.307
4.01.01.02.03	Outros	215	22	35
4.01.02	Dos Acionistas	140.518	23.618	48.970
4.01.02.01	Integralização de capital	120.252	0	0
4.01.02.02	Recursos destin.p/aumento de capital	20.266	23.618	48.970
4.01.03	De Terceiros	9.445	12.522	2.030
4.01.03.01	Aumento do ELP - passivo não circulante	498	7.744	457
4.01.03.02	Transferencia ativo circul. p/não circul	4.103	1.008	1.573
4.01.03.03	Baixa do Ativo Imobilizado para Estoque	4.681	0	0
4.01.03.04	Baixa do Ativo Imobilizado	163	3.770	0
4.02	Aplicações	289.706	180.108	231.376
4.02.01	Aumento do não circulante	1	0	42
4.02.02	Aquisições do imobilizado	14.633	24.152	28.194
4.02.03	Dividendos propostos	2.095	0	0
4.02.04	Transf.p/P.Circ.do P.ñ.Circulante-Empre.	271.880	152.089	188.332
4.02.05	Transf.p/P.Circ.do P.ñ.Circulante-Impos	1.097	3.867	10.272
4.02.06	Juros sobre Capital Próprio	0	0	4.536
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	7.224	2.136	(7.940)
4.04	Variação do Ativo Circulante	(6.849)	(12.325)	6.895
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	29.555	41.880	34.985
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	22.706	29.555	41.880
4.05	Variação do Passivo Circulante	(14.073)	(14.461)	14.835
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	130.018	144.479	129.644
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	115.945	130.018	144.479

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	756.206	37.224	0	0	(30.202)	763.228
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	120.252	0	0	0	0	120.252
5.03.01	Ata AGE de 05/outubro/2006	120.252	0	0	0	0	120.252
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	110	(110)	0
5.04.01	Reversa Legal	0	0	0	110	(110)	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	32.407	32.407
5.07	Destinações	0	0	0	0	(2.095)	(2.095)
5.07.01	Dividendos propostos	0	0	0	0	(2.095)	(2.095)
5.08	Outros	0	20.266	0	0	0	20.266
5.08.01	Recursos destinados para aumento capital	0	20.266	0	0	0	20.266
5.09	Saldo Final	876.458	57.490	0	110	0	934.058

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	745.840	23.972	0	0	(49.927)	719.885
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	10.366	(10.366)	0	0	0	0
5.03.01	Ata AGO/E de 28/04/2005	10.366	(10.366)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	19.725	19.725
5.07	Destinações	0	0	0	0	0	0
5.08	Outros	0	23.618	0	0	0	23.618
5.08.01	Recursos destinados para aumento capital	0	23.618	0	0	0	23.618
5.09	Saldo Final	756.206	37.224	0	0	(30.202)	763.228

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	665.644	55.198	0	0	(52.583)	668.259
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	80.196	(80.196)	0	0	0	0
5.03.01	Ata AGE 21/12/2004	80.196	(80.196)	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	7.192	7.192
5.07	Destinações	0	0	0	0	(4.536)	(4.536)
5.07.01	Juros sobre capital proprio	0	0	0	0	(4.536)	(4.536)
5.08	Outros	0	48.970	0	0	0	48.970
5.08.01	Recursos destinados para aumento capital	0	48.970	0	0	0	48.970
5.09	Saldo Final	745.840	23.972	0	0	(49.927)	719.885

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Investco S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Investco S.A. levantado em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 As informações complementares compreendidas pelos balanços sociais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, publicadas com o propósito de permitir análises adicionais, embora não requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária brasileira, foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

todos os aspectos relevantes em relação às demonstrações contábeis da companhia tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2007.

BOUCINHAS & CAMPOS + SOTECONTI
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC - 2SP 5.528/O-2

Luís Carlos Gruenfeld
Contador CRC 1SP215726/O-0 S -TO

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da INVESTCO S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A empresa tem como objeto social à construção e a exploração da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada no Rio Tocantins, no Estado do Tocantins. A usina tem uma potência instalada de 902,5 MW, a energia assegurada atual é de 526,6 MW médios, e a sua operação está de acordo com as determinações do Operador Nacional do Sistema-ONS.

Do início da construção, em meados de 1998, até o final de 2006 foram investidos R\$ 1,43 bilhões, sendo R\$ 14,6 milhões relativos ao exercício de 2006.

Fatos ocorridos em 2006, e que devem ser destacados:

- a) Em abril ocorreu à renovação da Licença de Operação, por parte do NATURATINS, com validade de 04 anos, e vencimento em 31 de dezembro de 2009.
- b) Em outubro ocorreu a conversão em ações da 2ª Emissão de Debêntures, por parte do FINAM.
- c) Em novembro ocorreu a repactuação da 1ª Emissão Pública de Debêntures, conforme determinado na Escritura de Emissão, com manutenção do prazo e das garantias. Para o próximo período, a encerrar em 1º de novembro de 2011, a remuneração do título será de IGPM+10,5% a.a., representando uma redução de custos em relação ao período anterior.

A receita operacional foi de R\$ 215 milhões, ante R\$ 218,9 milhões em 2005. O resultado do serviço antes do resultado financeiro, foi positivo em R\$ 134,1 milhões, tendo como destaque a receita operacional obtida com o arrendamento do ativo, às empresas acionistas detentores da concessão compartilhada, no valor de R\$ 210,7 milhões.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 91,6 milhões, em virtude dos encargos incorridos com empréstimos e financiamentos e de debêntures. O resultado não operacional foi positivo em R\$ 265 mil.

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Como consequência, a Investco apresentou no exercício um lucro de R\$ 32,4 milhões, após a dedução dos tributos.

Os serviços executados pelos auditores independentes ao longo deste exercício social referem-se somente a auditoria das demonstrações financeiras da companhia.

A empresa está se dedicando à otimização contínua das condições operacionais da Usina e à seqüência das atividades relacionadas com o meio ambiente, conforme estabelecido em comum acordo com os órgãos ambientais e incrementando suas ações no âmbito da Responsabilidade Social, conforme Balanço Social emitido nesta data.

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços e, em especial aos nossos colaboradores pela dedicação em mais este ano de realizações.

A Administração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais - R\$,
exceto quantidade de ações e valor patrimonial da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Investco S.A. (“Companhia” ou “Investco”) é uma sociedade de capital aberto e que tem como objeto principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especificamente através da construção e exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O início das operações comerciais da UHE Lajeado ocorreu em dezembro de 2001 com a entrada em operação da 1ª turbina, tendo a usina atingido a condição de operação plena em novembro de 2002. A usina tem cinco turbinas, cada uma com a potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A energia elétrica produzida nessa usina é utilizada e comercializada, na condição de “Produtor Independente”, nos termos do contrato de concessão, pelos concessionários integrantes do consórcio dessa usina, a saber: CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado, EDP Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Rede Lajeado Energia S.A..

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997. Como retribuição pela outorga da concessão da usina deverão ser pagas à União Federal no prazo de 29 anos, a partir de 2004, parcelas mensais equivalentes a 1/12 dos respectivos valores do pagamento anual pelo uso do bem público, definidos no contrato de concessão, cujo montante global, em 16 de dezembro de 1997, é de R\$ 31.390 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 66.084), o qual é anualmente ajustado tomando como base a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Os valores pagos até 31 de dezembro de 2006 no montante de R\$ 8.690 foram contabilizados no resultado, como despesa. Nos próximos 12 meses deverá ser pago o valor de R\$ 3.233 (nota explicativa nº 12).

Em 28 de dezembro de 1998, o projeto de construção da UHE Lajeado foi aprovado pela extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme Resolução do Conselho Deliberativo da SUDAM nº 9.019, de 28 de dezembro de 1998, para receber recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, no montante de R\$ 569.250, do qual foi

liberada a quantia de R\$ 20.035. Esses valores não são atualizados monetariamente.

Em outubro de 2003, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2., o Ministério da Integração Nacional aprovou a liberação do montante de R\$ 82.300 provenientes de recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM.

De acordo com o Relatório de Acompanhamento nº 059, de 17 de dezembro de 2002, da Inventariança Extrajudicial da extinta SUDAM, não há nenhum fato que obste a liberação de recursos ou que possa caracterizar a irregularidade do projeto.

Através de carta datada de 22 de junho de 2005, encaminhada a UGFIN – Unidade de Gerenciamento dos Fundos de Investimentos, a Companhia solicitou o CEI – Certificado de Empreendimento Implantado, para seu projeto e para finalizar sua participação no FINAM.

Através da Portaria nº 315 do Ministério da Integração Nacional publicada no Diário Oficial da União no dia 03 de abril de 2006 e retificação de 10 de abril de 2006, o Ministro da Integração Social resolve emitir o Certificado de Empreendimento Implantado.

A Companhia mantém atualmente um quadro próprio de 92 funcionários (*).
(*). Não passível de auditoria.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira (Leis nºs 6.404/76, 9.457/97 e 10.303/01), pela Deliberação CVM nº 488, de 03 de outubro de 2005 e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras empresas do setor, a seguir descritas:

Aplicações financeiras - Estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem ao seu valor de mercado.

Concessionárias - suprimento – Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Rendas a receber - arrendamento - Incluem os valores de arrendamento dos ativos, contabilizados de acordo com o regime de competência.

Despesas pagas antecipadamente - longo prazo - Referem-se a despesas financeiras incorridas pela Companhia na colocação de debêntures, sendo amortizadas de acordo com o prazo de vencimento dessas debêntures.

Imobilizado - Está registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação está calculada pelo método linear com base nas taxas médias anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, calculadas com base nas Unidades de Cadastro - UC que compõem o empreendimento, de acordo com a Resolução nº 002, de 24 de dezembro de 1997, alterada pela Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Fornecedores - Os passivos com os fornecedores sujeitos a reajustes de variação monetária por força contratual ou dispositivo legais estão atualizados até a data do balanço.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Estão atualizados pela variação monetária, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato e de acordo com as características de emissão de debêntures. Esses ajustes são apropriados ao resultado do exercício em despesas financeiras.

Contribuição social e imposto de renda - A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia não registra impostos e contribuições diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem perspectivas concretas de níveis de rentabilidade.

Provisões para contingências - São constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Resultado do exercício - As receitas e despesas estão registradas de acordo com o regime de competência. A atividade de geração representa 100% das operações da Companhia.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras da Companhia estão assim distribuídas:

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Banco Bradesco S.A	CDB	65	57
Banco Safra S.A	Renda fixa	<u>3</u>	<u>3</u>
Total		<u>68</u>	<u>60</u>

4. CONCESSIONÁRIAS – SUPRIMENTO

Os montantes registrados em concessionárias - suprimento (ativo) e receita de suprimento de energia elétrica (resultado) estão assim representados:

	Suprimento de energia			
	Ativo		Receita	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Centrais Elét.Matogrossenses S.A.- CEMAT	158	157	1.891	1.848
Bandeirante Energia S.A.	96	104	1.153	1.115
CEB Distribuição S.A.	80	84	848	818
Companhia Sul Paulista de Energia	25	26	297	286
Outros	<u>80</u>	<u>82</u>	<u>103</u>	<u>65</u>
Total	<u>439</u>	<u>453</u>	<u>4.292</u>	<u>4.132</u>

5. RENDAS A RECEBER - ARRENDAMENTO

Através de instrumento particular de 21 de julho de 2001, a Companhia arrendou às empresas detentoras da concessão compartilhada, a Rede Lajeado Energia S.A., a EDP Lajeado Energia S.A., a CEB Lajeado S.A. - CEBLajeado e a Paulista Lajeado Energia S.A., frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos por ela, no mesmo percentual de suas participações na concessão.

O prazo de vigência é de 12 anos, podendo ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, e, a título de remuneração desse arrendamento, as arrendatárias pagam mensalmente um valor variável apurado por meio da aplicação de fórmula matemática, que tem como objetivo a cobertura das amortizações e dos encargos financeiros dos empréstimos obtidos pela Companhia, assim como das despesas operacionais.

As arrendatárias, em garantia ao integral cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento, concederam à Companhia os seguintes direitos:

- a) Os direitos emergentes da concessão.
- b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte das receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

Os montantes registrados em rendas a receber (ativo) e receitas (resultado) estão assim representados:

	Ativo		Resultado	
	Rendas a receber		Receita	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
CEB Lajeado	1.845	3.154	42.155	42.953
EDP Lajeado	2.550	4.360	58.282	59.385

Paulista Lajeado	646	1.104	14.754	15.033
Rede Lajeado	<u>6.224</u>	<u>12.370</u>	<u>95.583</u>	<u>97.391</u>
Total	<u>11.265</u>	<u>20.988</u>	<u>210.774</u>	<u>214.762</u>

6. ESTOQUE

O valor refere-se à desmobilização temporária do transformador elevador de 13,8/230 KV, 190 MVA, da unidade geradora nº 1, devido a avaria do mesmo no 2º semestre. A unidade geradora nº 1 permanece parada, aguardando a recuperação do mesmo, e portanto, não está sendo depreciada.

A Companhia celebrou um contrato em novembro de 2006, com a Siemens S.A., fornecedora do referido transformador, para a sua recuperação, em garantia, e para a aquisição de uma unidade reserva, além da revisão em todas as demais transformadores de grande porte.

7. PERMANENTE

IMOBILIZADO	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2006			2005
		Valor histórico	Depreciação	Líquido	Líquido
<u>Imobilizado em serviço</u>					
<u>Geração</u>					
Terrenos	-	113.231	-	113.231	113.152
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,06	632.253	(59.167)	573.086	585.349
Edificações, Obras Cíveis, e Benfeitorias	1,93	341.314	(39.201)	302.113	309.954
Máquinas e Equipamentos	2,30	410.679	(54.017)	356.662	372.962
Outros	18,84	879	(431)	448	296
<u>Transmissão</u>					
Máquinas e Equipamentos	2,56	<u>43.357</u>	<u>(5.194)</u>	<u>38.163</u>	<u>39.273</u>
Total do imobilizado em serviço		1.541.713	(158.010)	1.383.703	1.420.986
Imobilizado em curso		<u>43.134</u>	-	<u>43.134</u>	<u>29.318</u>
Total do imobilizado		<u>1.584.847</u>	<u>(158.010)</u>	<u>1.426.837</u>	<u>1.450.304</u>
<u>Intangíveis</u>					
Geração (a)		620	-	620	620
Transmissão (b)		<u>111</u>	-	<u>111</u>	<u>111</u>
Total do Intangível		<u>731</u>	-	<u>731</u>	<u>731</u>
TOTAL DO PERMANENTE		<u>1.585.578</u>	<u>(158.010)</u>	<u>1.427.568</u>	<u>1.451.035</u>

O valor das aquisições para o imobilizado no exercício de 2006 foi de R\$ 14.633, sendo R\$ 6.473, referente a investimentos ambientais decorrentes da implantação da usina.

- (a) Os bens intangíveis registrados na geração referem-se a direito de uso de software. Direito de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituído por gastos realizados com as aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de software.
- (b) Os bens intangíveis registrados na transmissão referem-se a faixa de servidão. Faixas de servidão são direitos de passagem das linhas de transmissão.

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores da Companhia está assim demonstrado:

	<u>Circulante</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Voith Siemens Hydropower Generation Ltda.	-	1.425
Encargos de uso da rede elétrica	66	60
JRC Asseio e Conservação Ltda.	75	70
Officebrasil Comércio de Móveis Ltda.	109	-
Outros	<u>507</u>	<u>988</u>
Total	<u>757</u>	<u>2.543</u>

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Estão representados como segue:

	<u>Circulante</u>		<u>Longo prazo</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Moeda nacional:				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	35.946	32.333	224.455	254.764
Banco da Amazônia S.A. – Basa	19.195	19.351	44.940	63.999
Banco ABC Brasil S.A.	8.047	-	-	-
Banco Fibra S.A.	-	<u>11.997</u>	-	-
Total	<u>63.188</u>	<u>63.681</u>	<u>269.395</u>	<u>318.763</u>

b) As parcelas em longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
2007	-	53.453
2008	57.687	56.879
2009	59.478	58.726
2010	54.087	53.255
2011	51.683	50.803
2012	<u>46.460</u>	<u>45.647</u>
Total	<u>269.395</u>	<u>318.763</u>

c) Finalidade, encargos financeiros e garantias concedidas.

BNDES

Em 03 de março de 2000, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um contrato de empréstimo-ponte para implantação da usina no valor de R\$ 100.000,

liberado durante o exercício de 2000, com vencimento para 15 de março de 2001. A taxa de juros é de 5% ao ano. Esse empréstimo-ponte foi liquidado antecipadamente com o empréstimo obtido do BNDES, em 21 de setembro de 2000, conforme descrito no parágrafo seguinte.

Em 21 de setembro de 2000, foi firmado com o BNDES um outro contrato de financiamento no valor de R\$ 180.000, dividido em dois subcréditos; do subcrédito "A" foi liberado o valor de R\$ 78.033 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 66.121), o qual foi destinado à aquisição de equipamentos nacionais; e o subcrédito "B", no valor de R\$ 103.953 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 90.131), destinado à execução de obras e serviços na usina, foi utilizado na quitação do empréstimo-ponte mencionado acima. A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002, e mensalmente a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002.

Ainda em 21 de setembro de 2000, foi firmado um outro contrato de empréstimo com o BNDES e Bancos Agentes no valor de R\$ 120.000, com prazo de carência de 24 meses, que vem sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, do qual foram liberadas durante os exercícios de 2000 e de 2001 as quantias de R\$ 90.238 e de R\$ 30.323 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 104.149). A taxa de juros é de 4% ao ano acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência e mensalmente durante o período de amortização, com as prestações do principal.

Em garantia a esses empréstimos foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco S.A., nota promissória e cessão de direitos de contratos.

Basa

Em 30 de setembro de 1999, foi firmado contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 50.000 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 32.676) para a construção da usina, o qual está sendo amortizado em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 10 de novembro de 2003 e a última em 10 de outubro de 2009. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a

50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Como garantia desse empréstimo foram dadas em caução receitas de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. (nova razão social da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.), controladora da Rede Lajeado Energia S.A. e a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos.

Em 28 de dezembro de 2000, a Companhia firmou outro contrato de financiamento com o Basa, no valor de R\$ 44.300 (saldo atualizado para 31 de dezembro de 2006 - R\$ 31.459). O prazo de amortização desse contrato é de 84 meses, incluídos 36 meses de carência. A primeira parcela do principal venceu em 10 de fevereiro de 2004 e a última prestação tem vencimento em 10 de janeiro de 2011. Os encargos financeiros são de 14% ao ano, exigíveis mensalmente, e no período de carência será exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos, e os 50% restantes serão capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal.

Em garantia a esse empréstimo foram dadas em caução receitas e hipoteca de três pequenas centrais hidrelétricas, de propriedade de empresas controladas pela Rede Empresas de Energia Elétrica S.A. nova razão social da Caiuá Serviços de Eletricidade S.A..

10. DEBÊNTURES

10.1. Debêntures - não conversíveis

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001). Essas debêntures têm o seu valor nominal atualizado a partir da data de emissão, pelo IGP-M, e fazem jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 12,80% ao ano, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Eletricidade de Portugal. A liquidação financeira ocorreu em 1º de março de 2002, pelo valor de R\$ 264.791.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que foi registrada em 13 de fevereiro de 2003 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas - TO, o qual cita no item 2 que

conforme Assembléia Geral de Debenturistas, realizada em 23 de outubro de 2002, a totalidade dos debenturistas aprovou a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como consequência dessas alterações, a atualização devida em 1º de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e será paga com a amortização programada no período de 1º de novembro de 2003 a 1º de novembro de 2011, a 11,11% ao ano.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de outubro de 2006 foi deliberado:

- As debêntures terão o seu valor unitário atualizado pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios prefixados à taxa de 10,50% ao ano (dez vírgula cinqüenta por cento ao ano), a vigorar no próximo período de vigência da remuneração; e
- O segundo período de vigência de remuneração terá início em 1º de novembro de 2006 e encerrando-se em 1º de novembro de 2011, data do vencimento final das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2006, o saldo contábil atualizado é de R\$ 166.044, sendo R\$ 36.768 no passivo circulante e R\$ 129.276 no exigível a longo prazo.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Em 1º de novembro de 2006, foi pago o montante de R\$ 64.391, referente à atualização, juros remuneratórios e amortização do principal. Os recursos necessários para esse pagamento foram provenientes das disponibilidades em 31 de outubro de 2006, acrescidas a elas as parcelas de arrendamento (vide nota explicativa nº 5) e de aportes de recursos destinados a aumento de capital.

10.2. Debêntures conversíveis em ações - recursos do FINAM

Os Ofícios nº 657/MI, de 21 de agosto de 2003, e nº 725/SE/MI, de 22 de outubro de 2003, do Ministério da Integração Nacional autorizaram o Banco da Amazônia a subscrever e liberar recursos do FINAM, em favor da Companhia, oriundos do ano-calendário 2000, devendo a aplicação ser processada sob a forma de debêntures conversíveis em ações, como prevê o artigo 5º da Lei nº 8.167/91, no valor de R\$ 82.300. O Boletim de Subscrição dessas debêntures foi assinado em 06 de novembro de 2003 e a liberação desses recursos foi em 14 de novembro de 2003.

Em 16 de outubro de 2003, através do Ofício SFF/ANEEL nº 1.684/03, a ANEEL aprovou a emissão dessas debêntures.

Em 27 de outubro de 2003, foi celebrada a Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações e em 05 de novembro de 2003 foi registrada na Junta Comercial do Estado do Tocantins - JUCETINS - sob nº 17461076. Essa emissão, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária de 27 de outubro de 2003, corresponde a 82.300.000 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe “C”, no valor nominal unitário de R\$ 1,00, com prazo de vencimento de oito anos, que inclui o período de carência de cinco anos. Essas debêntures farão jus à remuneração pela TJLP com encargos adicionais de 4% ao ano, pagáveis anualmente e calculados sobre os saldos devedores diários, a partir da data da liberação dos recursos.

As debêntures terão garantia flutuante e garantia adicional pela fiança solidária prestada pelos acionistas controladores da emissora.

A conversão em ações dar-se-á no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado - CEI, vedada a colocação secundária das debêntures.

As ações preferenciais classe “C” deverão ser subscritas e integralizadas exclusivamente com recursos do FINAM.

Essas ações preferenciais classe “C”, inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua contribuição no capital social e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores.

A conversão da debêntures em ações preferenciais classe “C” ocorreu em 05 de outubro de 2006. (Vide nota explicativa nº 13 – item 13.2)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – Despesas e a recolher

	<u>Imposto de Renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro antes IRPJ e CSLL	42.752	27.059	42.752	27.059
Adições	814	2.188	814	2.188
Exclusões	-	-	-	-
	43.566	29.247	43.566	29.247
Compensação 30% (até limite do prejuízo)	<u>(13.070)</u>	<u>(8.774)</u>	<u>(13.070)</u>	<u>(8.774)</u>
	30.496	20.473	30.496	20.473
Alíquotas	15%	15%	9%	9%
Adicional	10%	10%	-	-
Provisão de IRPJ e CSLL	7.600	5.094	2.745	1.842

Ajustes	-	<u>292</u>	-	<u>106</u>
Total	7.600	5.386	2.745	1.948
Recolhimentos no exercício	<u>(7.242)</u>	<u>(2.060)</u>	<u>(2.615)</u>	<u>(751)</u>
Saldo a recolher	358	3.326	130	1.197

A Companhia apura o IRPJ e CSLL com base no lucro real com levantamento em balancete mensal.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATO DE CONCESSÃO

No que tange à concessão de uso do bem público (concessão onerosa), outorgado pela União, através do contrato nº 05/97, caso a operação fosse considerada como uma aquisição financiada seria registrada como ativo permanente imobilizado intangível, tendo como contrapartida passivo exigível de curto e longo prazos. Informamos a seguir os efeitos em 31 de dezembro de 2006 (valores nominais):

<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Encargos</u>
31.390	66.084	34.694

Em 31 de dezembro de 2006 o valor total de R\$ 66.084 estaria assim distribuído: R\$ 3.233 no passivo circulante e R\$ 62.851 no exigível a longo prazo.

O valor do ativo corresponde ao valor integral da operação descrito no contrato de concessão, sendo o valor do passivo o valor anteriormente citado atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2006 de R\$ 66.084, líquido das amortizações ocorridas até 31 de dezembro de 2006 no valor de R\$ 8.690. Os encargos correspondem à diferença entre esses valores. Não há incidência de juros sobre o valor da obrigação. As condições de pagamento dessa obrigação estão descritas na nota explicativa nº 1.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.138.500, com emissão de até 302.705 mil ações ordinárias, 569.250 mil ações preferenciais classe "A" e 42.691 mil ações preferenciais classe "B", conforme artigo 5º parágrafo 1º do Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, o capital social subscrito e integralizado está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>2006</u>	<u>2005</u>
-------------	-------------

Espécie/classe:		
Ordinárias (ON)	368.983	368.983
Preferenciais:		
Classe "R" (PNR)	234.452	234.452
Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Classe "C" (PNC)	<u>98.779</u>	<u>-</u>
Total	<u>723.659</u>	<u>624.880</u>
Valor patrimonial por lote de mil ações – R\$	<u>1.231,29</u>	<u>1.184,99</u>

Composição do capital social subscrito por acionista:

Acionistas	Em milhares de ações											
	ON	%	PNR	%	PNA	%	PNB	%	PNC	%	Total	%
CEB Lajeado S.A.	73.796	20,00	46.890	20,00	-	-	-	-	-	-	120.686	16,68
EDP Lajeado Energia S.A.	102.029	27,65	64.830	27,65	-	-	-	-	-	-	166.859	23,06
Paulista Lajeado Energia S.A.	25.829	7,00	16.412	7,00	-	-	-	-	-	-	42.241	5,84
Rede Lajeado Energia S.A.	167.329	45,35	106.320	45,35	-	-	-	-	-	-	273.649	37,81
Fundos de Investimentos da Amazônia – FINAM	-	-	-	-	5.002	30,71	-	-	98.779	100,00	103.781	14,34
Companhia Paranaense de Energia – Copel	-	-	-	-	4.949	30,39	644	12,50	-	-	5.593	0,77
Bardella S.A. – Indústrias Mecânicas	-	-	-	-	1.046	6,42	644	12,50	-	-	1.690	0,23
CESP – Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	-	3.043	18,68	644	12,50	-	-	3.687	0,51
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	1.651	10,13	-	-	-	-	1.651	0,23
Outros	-	-	-	-	598	3,67	3.224	62,50	-	-	3.822	0,53
Total	368.983	100,00	234.452	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	98.779	100,00	723.659	100,00

As ações preferenciais, inconversíveis em ações ordinárias, não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens a partir da operação comercial da usina em sua potência plena, conforme disposto no artigo 7º. do Estatuto Social: (a) as ações preferenciais classe “R” farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da contribuição no capital social; (b) as ações preferenciais classe “A” farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva contribuição no capital social e de dividendos suplementares caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores; (c) as ações preferenciais classe “B” farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor da respectiva contribuição no capital social; e (d) as ações preferenciais classe “C” farão jus ao recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor da respectiva contribuição no capital social.

Às ações ordinárias será destinado o pagamento de dividendos de 25% do lucro líquido anual.

As ações preferenciais classe “A” e classe “C” são obrigatoriamente integralizadas com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, conforme artigo 9º do Estatuto Social.

13.1 Ações Preferenciais classe “R” – negociação com a Eletrobrás

As ações preferenciais classe “R” seriam resgatáveis nas condições do Acordo de Acionistas de 1998 e seus respectivos aditivos, com início previsto para 30 de dezembro de 2003. A Administração da Companhia, nessa ocasião, iniciou processo de negociação com a Eletrobrás para estabelecer a melhor forma de resgate dessas ações.

O valor total integralizado dessas ações foi de R\$ 274.468, o qual inclui R\$ 12.468 que foram destinados à reserva de ágio na subscrição de ações.

Em 29 de dezembro de 2005, a Administração da Companhia concluiu o processo de negociação, cujo valor é de R\$ 1.067.259, mediante a

formalização dos instrumentos de compra e venda de ações, entre a Eletrobrás e as empresas acionistas da Investco detentoras da concessão compartilhada, a Rede Lajeado Energia S.A., a EDP Lajeado Energia S.A., CEB Lajeado S.A. – CEBLajeado e a Paulista Lajeado Energia S.A. (“Lajeados”).

A negociação contempla os seguintes pontos básicos:

a) reestruturação do investimento da Eletrobrás mediante migração de sua participação na Investco, para as empresas detentoras da concessão compartilhada (“Lajeados”);

b) aquisição pelas empresas detentoras da concessão compartilhada (“Lajeados”) de 234.452 mil ações preferenciais classe “R”, correspondente à totalidade de ações de emissão da Investco de titularidade da Eletrobrás, pelo valor de R\$ 1.067.259;

c) manutenção integral do valor do negócio, conforme pactuado no Acordo de Acionistas e seus respectivos aditivos;

d) pagamento das empresas detentoras da concessão compartilhada (“Lajeados”) à Eletrobrás, da seguinte forma:

d.1 - R\$ 414.684 com novas ações subscritas pela Eletrobrás, correspondendo a 40,07% do seu capital social.

d.2 - R\$ 652.575 com títulos de partes beneficiárias, com rendimento igual a 10% do lucro antes das participações, com condição de conversibilidade em ações preferenciais ao final do período de concessão.

Em 15 de fevereiro de 2006 foi formalizado distrato que torna sem efeito o Acordo de Acionistas da Investco de 1998, e seus respectivos aditivos e cancela as garantias neles previstas.

13.2 Ações Preferenciais classe “C” – Debêntures conversíveis em ações

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 05 de outubro de 2006, foi deliberada a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, em ações preferenciais classe “C” de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

Em decorrência da conversão acima mencionada, a Assembléia aprovou e homologou o aumento de capital social da sociedade, que passa de R\$ 756.206 para R\$ 876.458, sendo o aumento de R\$ 120.252, representado por 98.779.619 ações preferenciais classe “C” ora emitidas.

14. RESERVA DE CAPITAL - ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES

Refere-se basicamente à atualização monetária verificada entre o preço de subscrição da ação até a sua efetiva integralização - R\$ 14.473.

15. RESERVA DE LUCROS – RESERVA LEGAL

Em conformidade com o artigo 29º parágrafo A do Estatuto Social e artigo 193º da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu a reserva legal (5%) do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados.

16. RECURSOS DESTINADOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Refere-se a recursos aportados pelos acionistas titulares de ações ordinárias da Investco, conforme estabelecido no instrumento particular de acordo de acionistas, assinado em 31 de julho de 1998.

Em 2006 foi aportado o valor de R\$ 20.266. Os saldos de recursos destinados para aumento de capital em 31 de dezembro estão assim representados:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Acionistas:		
CEB Lajeado S.A. – CEBLajeado	8.603	4.550
EDP Lajeado Energia S.A.	11.895	6.291
Paulista Lajeado Energia S.A.	3.011	1.593
Rede Lajeado Energia S.A.	<u>19.508</u>	<u>10.317</u>
Total	<u>43.017</u>	<u>22.751</u>

17. DIVIDENDOS PROPOSTOS

Nos termos do artigo 7º do Estatuto Social e da legislação vigente, a Administração está propondo à Assembléia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos a acionistas preferenciais classes “A”, “B” e “C”, como segue:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício :	32.407
Prejuízos acumulados :	<u>(30.202)</u>
Lucro após a compensação :	2.205
Reserva legal - 5% :	<u>(110)</u>
Dividendos :	<u>2.095</u>

Os dividendos propostos têm a seguinte composição:

<u>Dividendos – 2005</u>	<u>(R\$)</u>	<u>Lucro por ação</u>
Preferenciais Classe “A”	591	0,0363
Preferenciais Classe “B”	<u>187</u>	0,0363
Total	778	

<u>Dividendos 2006 até setembro – proporcional</u>	<u>(R\$)</u>	<u>Lucro por ação</u>
Preferenciais Classe “A”	444	0,0272
Preferenciais Classe “B”	<u>140</u>	0,0272
Total	584	
<u>Dividendos 2006 - outubro a dezembro - proporcional</u>	<u>(R\$)</u>	<u>Lucro por ação</u>
Preferenciais Classe “A”	99	0,0061
Preferenciais Classe “B”	32	0,0061
Preferenciais Classe “C” (pró-rata)	<u>602</u>	0,0061
Total	733	

O cálculo de dividendos de 2006 foi efetuado em duas etapas, sendo certo que para as ações preferenciais classe “C” originárias da conversão de debêntures em ações preferenciais foram efetuados cálculo pró-rata, a partir da data da efetiva emissão das ações.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se encontram integralmente registrados em contas patrimoniais. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades quanto à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos.

A Administração da Companhia estima que os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos registrados em contas patrimoniais não apresentam diferenças significativas em relação aos valores de mercado.

O valor contábil dos instrumentos referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Risco de crédito

Como garantia do recebimento das parcelas registradas em rendas a receber - arrendamento, as arrendatárias concederam à Companhia os seguintes direitos em garantia do integral cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 5):

- a) Direitos emergentes da concessão.
- b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia e parte de receitas decorrentes da comercialização da energia gerada pela usina.

19. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de sua operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

Risco:	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio
		R\$	R\$
Risco operacional – todos os riscos - cláusula IRB	01/01/08	255.500	2.275
Responsabilidade civil geral	30/09/07	20.000	26
Automóveis e RCF – veículos próprios	01/08/07	300	16
Vida em grupo – funcionários	31/12/06	1.666	-

20. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRICOS

Conforme Ofício 116/2006-SCG da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos referente à competência dezembro de 2005 a ser paga em fevereiro de 2006 pela UHE Luís Eduardo Magalhães, deverá ser calculada na mesma proporção das quotas de participação no Consórcio, cabendo a Companhia 1% do total a ser pago. Sendo a provisão de dezembro de 2005, revertida parcialmente em março de 2006, após conhecimento do referido Ofício.

21. CRÉDITOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía o montante de R\$ 20.301, relativo a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis no montante de R\$ 8.933. Não foi constituído imposto de renda diferido sobre esses valores.

22. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Está representada da seguinte forma:

	2006			2005		
	Valor da Provisão		Depósitos judiciais	Valor da Provisão		Depósitos judiciais
	No exercício	acumulado		No exercício	acumulado	
Indenizações (1)	4.560	6.069	-	309	1.509	-
Desapropriações (1)	748	1.576	8.613	430	5.365	4.076
Trabalhistas (2)	(203)	790	168	1	1.069	92
Fiscal (3)	258	258	-	-	-	-
Outras (1)	113	240	-	17	127	-
	5.476	8.933	8.781	757	8.070	4.168
Ativo circulante	-	-	168	-	-	92
Ativo não circulante	-	-	8.613	-	-	4.076
Passivo circulante	-	8.933	-	-	8.070	-

Mutação das Provisões para Contingências

	<u>Indenizações</u>	<u>Desapropriações</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscal</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/05	1.509	5.365	1.069	-	127	8.070
Provisão (adição)	4.560	748	-	258	113	5.679
Provisão (reversão)	-	-	(203)	-	-	(203)
Baixas	-	<u>(4.537)</u>	<u>(76)</u>	-	-	<u>(4.613)</u>
Saldo em 31/12/06	6.069	1.576	790	258	240	8.933
Contingências Passivas (possível) (5)	22.109	-	-	-	4.741	26.850

1. As ações judiciais de natureza cível referem-se, de maneira geral, em sua grande maioria, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina da Companhia ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, bem como ações de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado.

2. As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, em sua grande maioria, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

3. Em relação às questões tributárias, há provisão relativa a valor de auto de infração por falta de recolhimento do Imposto Territorial Rural – ITR incidente sobre determinadas propriedades adquiridas para formação do reservatório da usina da Companhia, contra o qual foi apresentada impugnação administrativa.

4. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis, trabalhistas e procedimentos de natureza tributária com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 2 a 3 anos, em média, o prazo para que referidas ações e procedimentos com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações e procedimentos.

5. A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento de referidos valores e, caso referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia.

Os depósitos judiciais efetuados para fins de emissão liminar de posse em ações de desapropriação de áreas, estão registrados no imobilizado em curso.

23. NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

O Ministério das Minas e Energia - MME apresentou no final de 2003 as bases para uma ampla reforma institucional no setor elétrico brasileiro. As principais alterações no ambiente institucional foram definidas por meio da edição das Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, as quais se reverteram nas Leis nº 10.847/04 e nº 10.848/04, sendo que a Lei nº 10.848/04 foi regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

O novo arranjo setorial tem como objetivo garantir a segurança no abastecimento de energia elétrica, promover a modicidade tarifária e acima de tudo criar um marco regulatório estável, com uma clara definição das funções e atribuições dos agentes institucionais.

Em resumo, as principais mudanças no âmbito institucional foram as seguintes:

- a) transferência do poder concedente e de diversas outras atribuições atualmente delegadas à ANEEL para o MME, onde fica claro o papel do MME, enquanto órgão mandatário da União;
- b) a criação de três novos organismos, que, em resumo, centralizarão nas mãos do Executivo Federal o planejamento e o monitoramento da expansão da geração e da transmissão, além da administração do mercado, quais sejam:
 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
 - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE.
 - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- c) a definição de novas regras para a comercialização de energia elétrica entre os agentes participantes do mercado, entre as quais destacamos:
 - a expansão da oferta de energia elétrica por meio de competição (licitação de novos projetos de geração, com a celebração de contratos bilaterais de venda de energia elétrica de longo prazo, onde a licença ambiental será dada previamente ao leilão do empreendimento, reduzindo substancialmente os riscos do investidor);
 - a coexistência de dois ambientes de contratação: Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual se realizam as operações de

compra e venda de energia elétrica envolvendo as distribuidoras e o Ambiente de Contratação Livre - ACL, no qual as operações de compra e venda são livremente negociadas;

- a orientação da atividade de distribuição somente para o serviço de rede e venda de energia elétrica para consumidores cativos, com a obrigatoriedade de atendimento de 100% de seus requisitos de energia elétrica;
 - obrigação de lastro físico para os agentes de geração, a serem definidos pelo Ministério de Minas e Energia – MME;
 - a proibição do “self-dealing”, ou seja, a contratação de energia elétrica entre partes relacionadas; e
 - novas regras gerais para o tratamento da migração e a retratação de consumidores livres.
- d) reforça as funções de regulação, fiscalização e mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, além de organizar as funções de planejamento da expansão, de operação e de comercialização.

À Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL regulamentou grande parte das questões referentes à Lei nº 10.848/04 e ao Decreto nº 5.163/04 através de resoluções.

Já foram realizados 8 leilões de compra e venda de energia no Ambiente Regulado, sendo 5 leilões de energia de Usinas de Empreendimentos Existentes e 3 de energia de Usinas de Novos Empreendimentos.

INVESTCO S/A

BALANÇO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

O Balanço Social apresentado, foi preparado com base nos critérios definidos pelo IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

1 - Base de Cálculo	2006 Valor (Mil reais)			2005 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)				195.172		198.646
Resultado operacional (RO)				42.487		27.047
Folha de pagamento bruta (FPB)				6.248		5.311
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	322	5,15%	0,16%	393	7,40%	0,20%
Encargos sociais compulsórios	1.625	26,01%	0,83%	1.640	30,88%	0,83%
Previdência privada	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde	187	2,99%	0,10%	255	4,80%	0,13%
Segurança e saúde no trabalho	30	0,48%	0,02%	30	0,56%	0,02%
Educação	59	0,94%	0,03%	47	0,88%	0,02%
Cultura	17	0,27%	0,01%	1	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	33	0,53%	0,02%	26	0,49%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	2.273	36,37%	1,17%	2.392	45,03%	1,21%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	116	0,27%	0,06%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	93	0,22%	0,05%	2	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança familiar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	15	0,04%	0,01%	19	0,07%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	224	0,53%	0,12%	21	0,08%	0,01%
Tributos (excluídos encargos sociais)	30.647	72,13%	15,69%	30.713	113,55%	15,46%
Total - Indicadores sociais externos	30.871	72,66%	15,81%	30.734	113,63%	15,47%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.100	9,65%	2,10%	268	0,99%	0,13%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.473	15,24%	3,31%	21.745	80,40%	10,95%
Total dos investimentos em meio ambiente	10.573	24,89%	5,41%	22.013	81,39%	11,08%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2006			2005		
Nº de empregados(as) ao final do período	92			93		
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária	38			38		
2º grau	52			53		
1º grau	2			2		
Nº de admissões durante o período	4			11		
Nº de empregados (as) terceirizados (as) / temporários	9			0		
Nº de estagiários (as)	6			5		
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos	38			39		
De 30 até 45 anos (exclusive)	43			43		
Acima de 45 anos	11			11		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	24			23		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0			4		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	1			1		

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

15.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Alteração item 01.04 – Referência / Auditor

Exercício – 1 – Último

Informada

Data de início do exercício social 01/12/2006

Correta

Data de início do exercício social 01/01/2006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	3
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	4
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	8
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	9
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	10
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	11
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	12
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	14
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	16
15	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	38